

Nome: Federação de Ginástica de Portugal
Email: engym.info@netcabo.pt

.

Contributo:
CONGRESSO DO DESPORTO 05-06

CONTRIBUTOS DA
FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL
PARA REFLEXÃO

INTRODUÇÃO

A Federação de Ginástica de Portugal (FGP) é uma instituição que ao longo dos seus 55 anos de vida foi crescendo e firmando a sua posição no desporto português, sempre com a preocupação de contribuir para a saúde e melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da prática gímnica e de uma boa representatividade Portugal no estrangeiro.

É das poucas instituições desportivas que intervém regulamentando, promovendo e apoiando, actividades, disciplinas, projectos e serviços, nos três sectores da prática desportiva, ou seja, o Formal, o não Formal e o Informal. Bem como é das poucas Federações que abarca no seu seio práticas tão diversas que respondem às necessidades de toda e qualquer faixa etária da população e a todos os níveis de prática.

Sendo uma federação unimodalidade por definição, é na realidade constituída por 4 disciplinas competitivas distintas, 1 grande subuniverso de práticas não competitivas ou ginástica geral, além de outras actividades e projectos tão diversos, como o Play GYM, o Team Gym, uma Escola Nacional de Ginástica organizadora de centenas de actividades de formação nos últimos anos, protocolos com entidades diversas, organizadora e gestora de grandes eventos desportivos europeus e mundiais com resultados positivos e marcantes, além de ser uma das federações mais activas no relacionamento com a sociedade através da prestação de serviços que complementam o financiamento do sistema que coordena.

Gostaríamos de frisar que o nosso contributo neste Congresso tem como grande objectivo, ajudar nas alterações que julgamos necessárias para a sobrevivência da malha desportiva gímnica, das instituições que o desenvolvem e da própria federação, como estrutura que regula, desenvolve e apoia a prática aos seus associados (as Associações) e através destes, os associados deles (os Clubes).

As preocupações e análises expressas no presente documento têm como base, uma vasta experiência dos seus dirigentes e técnicos em todos os níveis de intervenção das estruturas gímnicas, tenha sido como ginastas, como técnicos, como dirigentes de clubes, como dirigentes de associações distritais, ou como dirigentes de federações nacionais, europeias ou mundiais. Ainda e também como em variados níveis de gestão da Administração Pública Desportiva (APD), de instituições académicas, empresariais e de organismos governamentais e não governamentais.

A nossa posição veicula uma posição da Direcção da FGP e não das nossas Associações Distritais e / ou Clubes.

Os caminhos e propostas apresentadas, são baseados em pressupostos que promovem a nossa modalidade, objecto do nosso Estatuto e eventualmente de outras federações, mas que têm como base as nossas preocupações fundamentais, formas de execução e de rentabilização de gestão, bem como actividades que vimos "desbravando" com alguns resultados.

Gostaríamos que o Governo e a APD, responsáveis por este período de reflexão que é o Congresso Nacional do Desporto, definisse e esclarecesse efectivamente, qual é a sua posição, metodologia de análise dos contributos agora apresentados e quais são as suas perspectivas de actuação no que concerne a decisões posteriores a este momento. Tal como foi afirmada na sessão de abertura do congresso, estes contributos servirão para basear tomadas de decisão sobre as temáticas abordadas, sabendo que existe um passado e que não se está a partir de uma "base zero" como foi referido pelo Sr. Ministro de Presidência na abertura do Congresso.

Mas as futuras decisões políticas serão tomadas, tendo em conta que factores e com que critérios?

- Na quantidade de pontos de vista coincidentes sobre certas matérias?
- Em posições de preponderância ou de influência do emissor da opinião?
- Em resultados de estudos posteriores para validar hipóteses propostas?
- Numa análise política conjugada de todos os factores?

Servirão essas medidas a tomar para quê?

- Dar efectiva capacidade de autosustentabilidade de gestão às entidades do sistema?
 - Estabelecer novas regras para a APD?
 - Provocar (r) evoluções na organização do sistema desportivo?
 - Ouvir, para ponderar e amadurecer a posição a tomar pelo Governo?
- Criar comissões posteriores para estudar, analisar e propor medidas que por sua vez terão que ser analisadas e ponderadas na sua viabilidade orçamental?
 - Alterar a Lei de Bases do Desporto, como um fim em si próprio?

Saberá o Governo após uma miríade de opiniões, cada uma a representar quem a emitiu, destrinçar uma linha de rumo, conseqüente, justa e de desenvolvimento, longe do ruído de fundo que se vai manter para lá dos horizontes temporais do Congresso?

Gostaríamos ainda de ver esclarecido, que tipo de responsabilidade ou de representatividade foi atribuída a cada um dos oradores convidados para cada uma das sessões do congresso. Igualmente, os oradores da sessão de abertura, nas posições que assumiram perante os temas que lançaram, falaram em seu nome próprio ou fizeram eco de alguma preocupação da APD?

Os temas em que o Governo dividiu didacticamente o Congresso, são quanto a nós um primeiro indiciador desse caminho, mas quais são as suas teses?

Estas questões, em nosso entender serão aquelas que se não forem bem esclarecidas e assumidas pelos organizadores antes de qualquer conclusão deste congresso ser emitida, ditarão o possível fracasso e o isolamento dessas mesmas conclusões, as quais deverão ser nesse caso muito pouco assumidas.

Se estas questões e outras que se julguem pertinentes, não estiverem bem apresentadas e explicadas atempadamente, os resultados efectivos deste período, poderão ser quaisquer uns, para atingir uns quaisquer outros objectivos, podendo servir intuitos mais ou menos nublados, ou ainda puderem vir a justificar algumas medidas pouco fundamentadas ou de resistência à mudança, baseadas em conceitos e interesses pouco representativos, quantas vezes presentes no Desporto.

A Federação de Ginástica de Portugal quer melhorar o nível de gestão e de rentabilização dos recursos a que com todo o mérito tem direito. A FGP quer melhorar o nível de prática e de resultados dos seus ginastas e aumentar o nº dos praticantes das suas disciplinas, actividades e projectos.

A Federação de Ginástica de Portugal sabe que pode ser um parceiro efectivo da APD e do Governo para elevar o nível de qualidade dos serviços desportivos do seu universo de entidades e recursos e que podem ser uma ferramenta para ajudar o Governo e a APD a atingir os seus anseios e objectivos de massificação de prática desportiva e melhoria da condição física dos Portugueses, saindo de uma posição Europeia última, que infelizmente vem ocupando desde há um século.

Assim sendo, e tendo em atenção estes aspectos, apresentamos com todo o empenho, alguns contributos que julgamos pertinentes, numa iniciativa, o Congresso do Desporto, que consideramos oportuna e justificada.

TEMA 1 - POLÍTICAS EDUCATIVAS E SOCIAIS NO DESPORTO

Como ponto de partida para esta análise, a posição da FGP é de que todas as pessoas devem ter a possibilidade efectiva de praticar actividade física e desportiva.

Desporto Escolar versus Desporto Federado?

Deve para tal, haver uma relação directa entre o Desporto Escolar e o Desporto Federado. A organização destes dois sistemas deveria estar na lógica de o ponto máximo técnico de prática a atingir no desporto escolar, ligar com uma janela técnica de entrada no sistema federado independentemente da idade do praticante. Desta forma de organização, só se poderia provocar a verdadeira evolução técnica dos praticantes e a criação de processos identificados de motivação dos jovens praticantes nas escolas.

Nas escolas a Educação Física e a Expressão e Educação Físico-motora têm o objectivo de massificar a prática de uma actividade física introdutória e a abordagem eclética de todas as práticas físicas e desportivas, criando hábitos para a prática desportiva regular, associados a um posterior estilo de vida saudável, física e socialmente (boa alimentação, ausência de drogas, não fumar, aprendizagem de regras para a vida, autoconfiança, etc.).

Mas nas escolas, o Desporto Escolar deveria ser visto como um campo de prática consciente e de escolha individual, em desportos diversos, com o objectivo de uma formação correcta na iniciação das modalidades, para que a sua actividade seja na realidade um espaço e aprendizagem e um viveiro de praticantes. Que após uma iniciação atempada (com idades de começo com potencial, identificadas e assumidas por modalidade) e correcta na escola, articulados com as estruturas federadas nos escalões técnicos mais acessíveis.

Esta iniciação, sem ser com objectivos competitivos, mas com algum cuidado de qualidade de formação, no caso das disciplinas gímnicas dever iniciar-se durante o 1º CEB.

Se esta passagem é dificultada pela distância dos alunos a instituições desportivas longe (sendo esta a situação actual), então a figura dos Clubes Escola reais (sem ser a fingir e com estruturas fictícias), em que todos os órgãos de gestão necessários para os constituírem já existem (tal como Assembleia de Escola, Conselho Directivo, Áreas Financeira e Administrativa, Corpo Técnico e Praticantes), são uma solução a desenvolver efectivamente e com o apoio das Federações, por forma a facilitar todo o processo de filiação, procedimentos administrativos e de participação desportiva. Esta participação deverá ser efectuada em quadros competitivos adaptados e de entrada, por ex. na Ginástica existe na Ginástica Rítmica e existirá em mais disciplinas uma 2ª Divisão. Na Ginástica de Grupo existe o Team Gym (competições de grupos), mas é sempre possível criar "Competições Escolares" que respondam às necessidades de nível nacional do Desporto Escolar.

Só com esta figura de Clubes Escola efectivos e filiados nas Federações, é que as próprias Federações poderão apoiar a sua intervenção, mas também provocar que os recursos logísticos e de prática existentes sejam rentabilizados. Os equipamentos das Autarquias/Escolas, com o apoio à formação de Professores e Técnicos por parte das Federações e com a participação dos Alunos / Praticantes.

Para que este objectivo seja definitivamente atingido, é necessário também abordar a problemática da formação e da mobilidade dos professores colocados nas escolas, e que intervêm no treino dos grupos equipa do Desporto Escolar. Para estes profissionais, a formação contínua de actualização e reciclagem no ensino das diferentes modalidades e disciplinas de modalidades, deveria ser encarada pelo Estado como um factor essencial para modificar a qualidade de intervenção efectiva. Esta formação deveria ser tida como factor essencial de melhoria e para isso as Federações deveriam ser autorizadas e incentivadas a desenvolver programas específicos para tal. É intuito da FGP, levá-la a cabo e equiparar os professores ao actual Plano Nacional de Formação, para que esses também futuros treinadores de disciplina gímnica sejam integrados na totalidade no sistema desportivo gímnico. Finalmente o problema da mobilidade da colocação dos professores, coloca um entrave real ao desenvolvimento de projectos desportivos que consigam ganhar raízes e produzir frutos desportivos. A lógica dos Centros de Formação está a ser uma boa tentativa e deverá ser aprofundada e melhorada, também com o olhar atento das federações.

Como pensamento final a este ponto, é nosso entender que enquanto não se chegar a uma efectiva colaboração e relação directa do Desporto Escolar com o Desporto Federado, aquele não terá hipótese de se desenvolver consistentemente, provocando a sua quota-parte de eficácia necessária na melhoria dos hábitos desportivos continuados da população e o efectivo aumento dos indicadores de prática do país. Nas actividades gímnicas essa ligação entre Desporto Escolar tem dado alguns frutos, com a passagem de grupos de Ginástica de Grupo para o sistema federativo.

A Ginástica com todo o seu universo e práticas é das poucas modalidades que intervêm efectivamente no Desporto Formal, Desporto Não Formal e no Desporto Informal.

Logo no seio da Federação de Ginástica de Portugal será possível de uma forma efectiva criar espaços de integração e colaboração, para a prática, com quadros competitivos integrantes, com potenciamento de materiais de prática existentes e de instalações. Também a formação de professores será um factor que facilmente se alterará, assim existam recursos técnicos e financeiros de suporte.

Actividade no 1º CEB

Como real factor de desenvolvimento desportivo futuro do país no período temporal de uma geração (12 a 24 anos), a prática física efectiva e

ministrada por professores especializados deveria iniciar-se sempre na carga curricular a partir do 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico e com uma periodicidade de pelo menos 2 períodos de 60 minutos por semana. Na realidade devia ser diária esta prática. Esta é uma verdade incontornável que se aplica na maioria dos países desenvolvidos desportivamente, nos quais existe a prática desportiva diária efectiva e orientada. É a garantia da motivação para as práticas futuras e sobretudo de uma vida futura mais saudável a todos os níveis.

Mas este pressuposto de realidade leva-nos a variadas questões que devem ser frisadas, nomeadamente:

- O programa existente de Expressão e Educação Físico Motora oficial do Ministério da Educação, quando bem ministrado e efectivamente cumprido, é suficiente para dotar as crianças de bases motoras sólidas e suficientes para uma prática desportiva futura;

- Os agentes de ensino que estão previstos na lei para o ministrarem (professores de 1º CEB), não são os agentes mais disponíveis ou mais correctos para o fazerem. São as pessoas essenciais na formação transversal das crianças e referencial de aprendizagem que segue no imaginário da cada criança até à idade adulta, mas não devem ser obrigados a ser Super Homens ou Super Mulheres, diríamos SUPER PROFESSORES, e estarem preparados para ensinar e aplicar todas as matérias que às Expressões dizem respeito;

- Neste sentido e se não for possível abordar o problema mais transversalmente e profundamente, é essencial provocar espaços de intervenção de professores especializados em coadjuvação, como suporte técnico e participantes em equipas coordenadas pelo professor do 1º CEB e devidamente integradas nos projectos pedagógicos da escola e da turma;
- É muito importante que o termo coadjuvação passe a ser entendido, não como uma colaboração pontual, desgarrada, de acompanhamento da aplicação de receituários de intervenção, ou de processos de formação centrados unicamente nas necessidades de evolução da carreira dos professores e de aplicação deixada ao livre arbítrio do mesmo, mas sim como um termo que passe a significar a verdadeira colaboração de especialistas em cada área de expressão, que signifique uma mais valia no processo de aprendizagem e educação global do aluno e que de uma vez por todas, todo este processo passe a estar centrado no aluno com o objectivo da totalidade da prática, potenciando a totalidade possível da evolução do aluno.